

VÍTIMA E ALGOZ

Emir Sader

O segundo mandato de FHC está completamente comprometido com a administração da recessão. Se bem-sucedido, o país viverá a mais prolongada e profunda recessão, da qual sairá enfraquecido e sem projeto como nação. Resta ainda a alternativa de que, apesar da obediência — ou justamente por ela —, o modelo não agüente. Em qualquer dos casos, o Brasil terá fechado melancolicamente o século XX. Sua economia terá crescido ainda menos que na "década perdida", o processo de exclusão social em curso terá assumido proporções gigantescas e externamente estaremos (já estamos) reduzidos a mais um país na UTI.

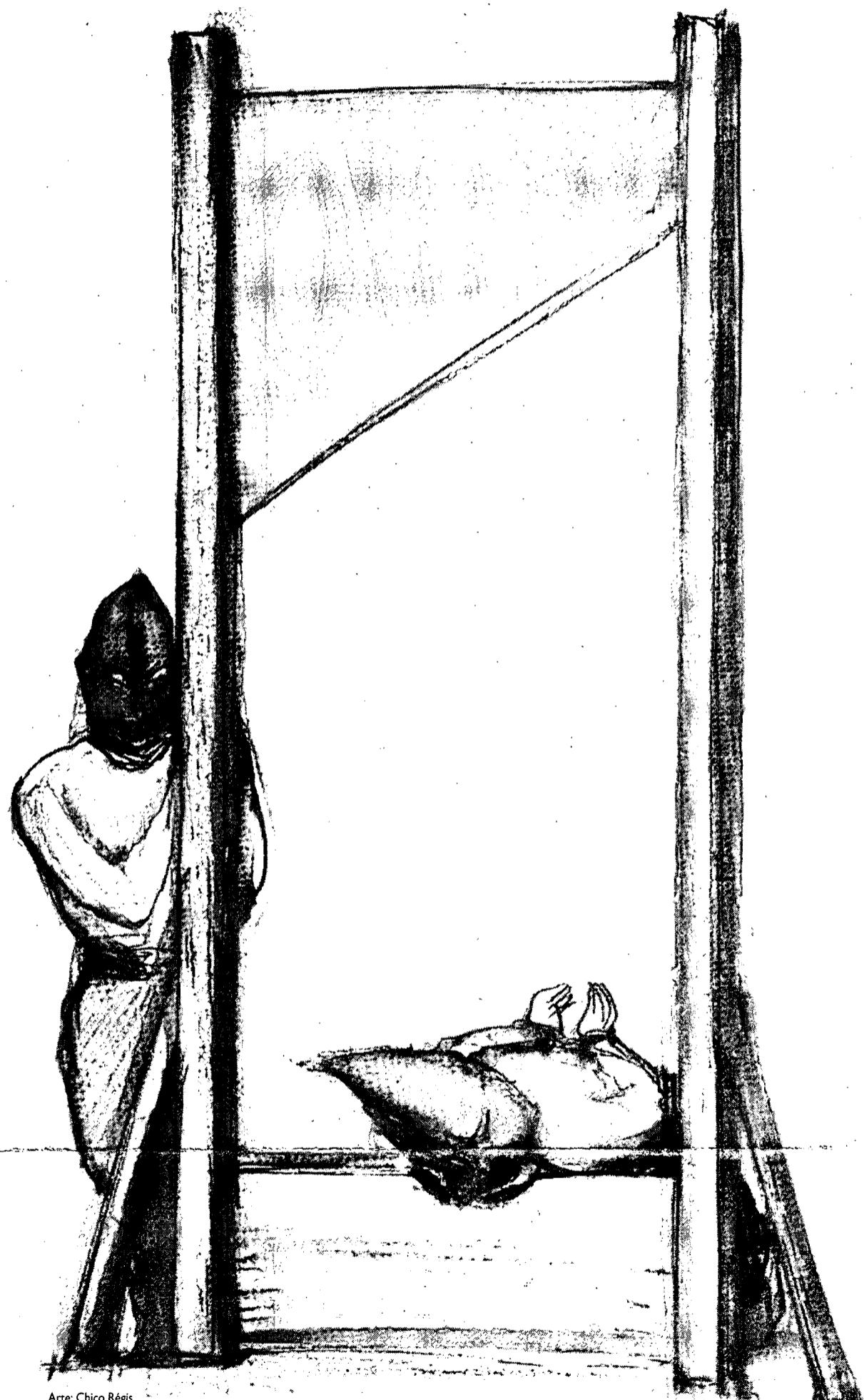
Tudo isso já estava embutido no tipo de estabilização monetária escolhido pelo governo lá pelos idos de 1994. Os dividendos políticos são óbvios: dois mandatos de um presidente que reunificou a direita, renovou seu discurso, dividiu a antiga oposição. Há uma lógica na loucura da farra especulativa da qual vivemos agora a ressaca. A diferença é que quem lucrou foi o capital financeiro e quem paga a conta são os 70% de baixo, pelos cortes nas políticas sociais, pelo aumento na CPMF, pelo aumento no desemprego, pelos cortes no funcionalismo público, que configuraram o pacote — mesmo antes de o acordo ser fechado com o FMI — que se disse que não existiria.

Embriagado pelo sucesso de popularidade, o governo perdeu o timing de seu próprio plano e agora o tempo conta contra ele. A conjuntura internacional virou bruscamente contra, com a imagem brasileira deteriorada, como demonstram as humilhações que os ministros econômicos tiveram que viver em Washington; o governo já não contará com os governadores dos principais estados, que facilitariam os cortes no déficit; e o PMDB governista sofreu derrotas graves, com Jader Barbalho, Iris Resende, Antonio Britto.

A batalha do segundo mandato de FHC já é, mais do que nunca, entre equilíbrio orçamentário e políticas sociais, isto é, entre a tecnologia ligada ao capital financeiro e a prestação de serviços que garantem direitos de cidadania. Nas palavras do sociólogo francês Pierre Bourdieu, entre a mão direita e a mão esquerda do Estado.

A desregulamentação econômica levou o Brasil à fragilidade atual e ameaça inviabilizá-lo como nação até bem entrado o próximo século se o governo conseguir colocar em prática os acordos com o FMI — dinheiro com juros mais altos que os do mercado e com prazos mais curtos em troca da falência do país. O ministro (ex e futuro funcionário da banca internacional) Pedro Malan "descobriu" que o capitalismo é mau; que só quer ganhar dinheiro, com as taxas mais altas e toda a segurança possível. Mas se submeteu a ele, porque não haveria alternativas.

E, no entanto, elas surgem no horizonte. A China e a Índia, os países de maior população do mundo que, juntos, somam quase metade da população mundial, fortaleceram seus mecanismos reguladores e, com is-



Arte: Chico Régis

so, sofrem menos os efeitos da crise mundial. E, agora, a França rompe espontaneamente com o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), com o primeiro-ministro Jospin denunciando — como um acordo em que os Estados renunciam totalmente à sua soberania a favor dos interesses privados. Se o Brasil se juntar a eles, estará configurado um marco de força que pode transformar posi-

tivamente o cenário internacional para a maioria da humanidade.

O governo brasileiro se diz vítima da crise internacional. Na realidade, é vítima e algoz. Porque desregulamentou de maneira radical sua economia em prazos muito curtos e atraiu capitais especulativos com a taxa de juros real mais alta do mundo. Fez parte ativa da ciranda financeira e, com o pacote do FMI, dá ga-

rantias que seguirá por esse caminho suicida e perverso, consolidando-se a desregulamentação e fazendo o país pagar o duro preço dessa política de favorecimento do capital financeiro. Ou o Brasil acaba com a desregulamentação, ou a desregulamentação acabará com o Brasil.

■ Emir Sader é sociólogo e professor universitário